

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: observação da prática docente de uma professora em tempos de pandemia

Guilherme Henrique da Silva Inácio¹

Josiane de Souza Estevam²

Eixo Temático: 2. Alfabetização e história

Resumo

O presente artigo advém de uma atividade proposta na disciplina “Pressupostos Teóricos e Práticos do Ensino de História para a Educação da Infância” do curso de Pedagogia, ofertado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas – CPTL. Tem-se como objetivo apresentar ao leitor a prática educativa de uma professora pedagoga do sistema de ensino público do município de Três Lagoas - MS, trazendo observações de sua rotina com crianças do 1º ano do Ensino Fundamental (EF), de forma que apresente a prática das aulas regulares de história nesse período de ensino remoto. O estudo se caracteriza através de um relato de experiência articulando-o com a teoria (que foi apresentada nas aulas da disciplina citada) – para tanto, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista. Em suma, deve ser observado se a prática docente nesse período atípico obteve mudanças significativas, seja no planejamento ou na realização das atividades propostas, levando em consideração que, agora, os familiares são os principais mediadores para as realizações das atividades com as crianças. Evidenciando-se, também, que o ensino de história não é pensado como um centro difusor do conhecimento, mas sim como um apêndice no quadro de disciplinas a serem ensinadas.

Palavras-chave: Ensino remoto; Ensino de História, Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Introdução

O presente artigo sintetiza observações da prática docente que vem sendo realizada durante a pandemia sanitária da COVID-19, e, levando em consideração que o isolamento social ainda é a melhor forma de amenizar a disseminação do vírus enquanto a vacina não chega a todas as pessoas, várias atividades essenciais vêm ocorrendo de forma remota. A escola pública segue com suas atividades em formato virtual, com encontros e atividades remotas em todas as modalidades da Educação Básica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar ao leitor a prática educativa de uma professora do sistema de ensino público do município de Três Lagoas - MS, trazendo a observação das atividades realizadas com crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, abordando como a mesma apresenta a o ensino de História durante as aulas regulares nesse

¹ Mestre em Geografia pela UFMS/CPTL e graduando em Pedagogia Licenciatura pela mesma instituição. Professor da Educação Básica de Campo Grande/MS. Contato: guilhermeufms@gmail.com

² Acadêmica do curso de Pedagogia Licenciatura da UFMS/CPTL. Contato: josy_estevan@hotmail.com

período de ensino remoto.

Durante o texto, será apresentado uma entrevista, além de observações do acompanhamento das aulas de uma professora durante o ensino remoto. Como recorte, foi analisada a prática no desenvolvimento de atividades que têm o ensino de história como objeto de análise. Porém, é de extrema importância ressaltar que não há a intenção de julgar e/ou apontar erros metodológicos da professora, mas sim poder refletir sobre Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como fundamento teórico-metodológico, utilizamos leituras de Menegolla (2002) e Gandin (1994) para discutir sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento das atividades escolares, e Bittencourt (2003) e Gonçalves (2003) para apresentar sobre a realidade do ensino de história nas escolas brasileiras.

Em suma, o texto será percorrido em apenas um subtítulo, com o intuito de não fragmentar o raciocínio de que o planejamento e o ensino de história devem ser discutidos em momentos separados, de forma que a fala da professora entrevistada pudesse orientar toda a reflexão proposta.

A formação e prática docente da professora alfabetizadora e o ensino de história em tempos de pandemia

Há pouco mais de um ano passando por uma pandemia, fez-se necessário que as instituições de ensino remodelassem sua maneira de lecionar: ensino remoto e híbrido. Estes modelos foram inseridos no cotidiano da educação, fazendo com que professores, estudantes e a comunidade escolar se adaptassem ao novo formato de atividades e aulas. Para as etapas do Ensino Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental não foi diferente, e pode-se afirmar que foi necessário enfrentar e superar diversos obstáculos, sobretudo para as crianças que estão em período de alfabetização - o que torna mais delicado a mediação do professor no processo de ensino e aprendizagem.

No município de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, as instituições de ensino, desde início de 2020, ofertam as atividades pedagógicas devidamente organizadas e denominadas APCA - Atividade Pedagógica Complementar a Aprendizagem. Este material é elaborado pelos professores e gestores pedagógicos de cada unidade de ensino, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, e é distribuído na própria unidade de ensino do aluno que encontra-se devidamente matriculado.

Foi necessário observar, acompanhar e entrevistar uma professora do primeiro ano do EF para uma melhor compreensão da prática educativa no ensino remoto, com foco no ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim como em qualquer etapa da vida, o ato de planejar é importante. Nesse sentido,

o professor deve ser capaz de fazer uma reflexão sobre o que existe, o que quer alcançar, quais os meios a serem utilizados para avaliar aquilo que tomou como objetivo. Planejar envolve conhecer a realidade, além de determinar aquilo que se quer alcançar, indicar os meios e recursos possíveis, constantemente avaliando e reavaliando o processo e estabelecendo prazos e etapas para sua execução (MENEGOLLA, 2002, p. 21). Traçar um plano aplicado ao processo de ensino e aprendizagem evita improvisação, e possibilita verificar o caminhar desse processo.

Nesse sentido, independente da etapa de ensino em que se encontra, o planejamento educacional deve ser político, democrático, conhecedor da realidade da escola e seus educandos e, a partir daí, criar uma nova realidade, construindo e/ou transformando a cultura educacional. Gandin (1994, p. 58) cita que, “[...] planejar é utilizar o mesmo método com a diferença que, ao invés de contentar-se com o conhecimento e a explicação da realidade, o planejamento implica em transformar a realidade existente e construir uma realidade nova”.

Para o ensino de História não é diferente, como afirma Bittencourt (2005, p. 186), “o objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo”. O ensino de História nos anos iniciais demanda do professor, primeiramente, um conhecimento teórico da história e, em segundo plano, um planejamento bem elaborado, que insira o estudante como protagonista do conhecimento, de forma que perceba que a história não é somente um estudo do passado, mas sim que história se faz diariamente.

Para um conhecimento mais efetivo da prática docente, realizamos a entrevista com a professora alvo (que não será identificada) de nossa prática, e foi questionada quanto tempo é destinado atividades ao ensino de história semanalmente. A mesma diz que:

O ensino de história está sendo feito via material fornecido para estudos posteriores a domicílio devido à pandemia da COVID-19. O tempo não é específico, depende do conteúdo que estaremos trabalhando no material a distância, e se tem habilidades de história.

Logo, evidencia-se que o ensino de história não é pensado como um centro difusor do conhecimento, mas sim como um apêndice no quadro de disciplinas a serem ensinadas. Não faz do conhecimento histórico o ponto de partida de uma sequência didática – deve ser analisado como um conhecimento a parte, com aulas específicas para trabalhar um tema da história.

Sobre o contexto atual pandêmico, a professora entrevistada fala brevemente sobre as mudanças que foram necessárias no planejamento, tendo como foco o planejamento no tempo e o grau de dificuldade das atividades, pois existem casos onde as famílias não conseguem fazer o acompanhamento escolar da criança, que se vê na situação de realizar as atividades sozinha e, para que isso seja possível, faz-se necessário a elaboração de um

material mais simples.

Raquel Franzim, coordenadora do programa “Escolas Transformadoras” do Instituto Alana, afirma que “uma educação transformadora é uma educação fortemente vinculada com a vida e com as questões da vida. Tudo o que é experimentado nas escolas precisa estar vinculado à vida” (LUNETAS, 2018).

Para Fochi (2021), as famílias devem estar preparadas para o encontro constante com seus próprios filhos, e em todas as situações que a jornada educacional envolve. O atual cenário mundial, que exige uma reclusão social, não é fácil para um adulto, tampouco para a criança da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, que se encontra em um momento da vida de descobertas. Sobre isso, o autor acredita que,

nós não podemos criar uma formalidade a esse encontro, ou seja, nós não podemos pedir aos pais e mães que se transformem em pedagogos. Ao contrário, se a escola pode fazer algo nesse momento, é dar espaço, possibilidades e instrumentos para que possam se encontrar ou reencontrar no verdadeiro exercício de serem pais (FOCHI, 2020, p. 1).

Na Universidade, muito se discute sobre a parceria da família com a instituição educativa e escolar, enfatizando que família é família e professor é professor. Além disso, a atividade docente deve ser realizada por um profissional da educação, que tenha formação adequada.

Na sala alvo de nossa observação, a professora trabalhava com 27 alunos regularmente matriculados, e as atividades eram entregues no formato APCA (que podiam ser retiradas na própria unidade de ensino e/ou baixadas como arquivo digital). Um aplicativo que vem sendo o meio de comunicação entre a professora com os alunos e responsáveis é o *WhatsApp*, e, de acordo com a professora, 95% dos estudantes davam retorno das atividades propostas para estudos.

Um dos maiores desafios dos professores atualmente é refletir como deve ser elaborado uma sequência didática, que seja capaz de produzir um aprendizado significativo, sendo que temos o “tempo” como um obstáculo, visto que a sequência não será desenvolvida em sala de aula, e dependerá do auxílio de familiares ou adulto responsável para realização das atividades. Dessa forma, as atividades devem ser trabalhadas para atender as necessidades apenas do ensino remoto, descartando trabalhos extensos e complexos.

Não restrito ao período de pandemia, o ensino de história sempre desempenhou um papel a margem no cotidiano escolar, sobretudo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal fato é uma consequência dos principais fatores: formação precária do professor, conhecimento teórico insuficiente sobre a História e o currículo escolar que não privilegia essa disciplina.

Somado a isso, a História do Brasil apresentada no EF é o do nacionalismo patriótico,

resumindo-se ao culto a heróis nacionais e história de datas comemorativas. Bittencourt (2003) aponta duas críticas ao ensino de História do Brasil enquanto disciplina escolar: a primeira delas é vinculada a mundialização e a fase atual do capitalismo – globalização. A autora indaga que o nacionalismo é entendido como um atraso para o país, e o modelo capitalista globalizado coloca o nacionalismo como um impedimento ao crescimento do país. Nessa visão capitalista neoliberal, o nacional é a barreira para o desenvolvimento, é o impedimento para se desenvolver, conforme a cartilha neoliberal, colocando a história do Brasil como um apêndice da história mundial.

Os conteúdos de História do Brasil selecionados no livro didático são ínfimos comparados aos conteúdos de História Geral, logo, a História do Brasil é pensada como forma integrada ao ensino da História Geral. A autora supracitada nos adverte que:

[...] em sentido oposto à atual forma de organização de conteúdos, poderia ser feita uma História Integrada inversa, na qual a História brasileira constituísse a maioria dos tópicos e capítulos, dependendo da abordagem e da opção diante da problemática nacional e da concepção sobre a posição econômica e política que o país ocupa na nova ordem mundial capitalista (BITTENCOURT, 2003, p. 188).

A autora argumenta que o problema não é a postura metodológica de pensar a História do Brasil integrada à uma História Geral, mas sim a opção por privilegiar, em maior quantidade, os conteúdos de História Geral ao invés da História do Brasil nos livros didáticos.

Gonçalves (2003) ajuda a refletir sobre esse tema, elucidando que há um consenso entre os profissionais de história em afirmar que os conteúdos a serem trabalhados em qualquer dos níveis de ensino/pesquisa devem ser selecionados, e que “não é todo o conhecimento socialmente acumulado e criticamente transmitido a respeito da trajetória da humanidade. Forçosamente, devem ser feitas escolhas e seleções” (p. 38). Portanto, a opção de selecionar alguns conteúdos em detrimento de outros é articulada entre as pessoas que elaboram os livros didáticos, havendo intencionalidades nessas escolhas.

A segunda crítica levantada por Bittencourt (2003) é o “Ensino do Brasil e Nacionalismo”. A autora faz diversas reflexões sobre o caráter dogmático desse ensino na disciplina escolar, enfatizando que esse ensino é calcado num ideário ditatorial, que se constitui no culto aos mitos e heróis nacionais, quase sempre militares.

O nacionalismo calcado em um ideário produzido por regimes ditatoriais é analisado, sobretudo, por intermédio da produção de livros didáticos que têm a tendência em se transformar em um dos principais instrumentos de difusão de uma História Nacional dogmática (BITTENCOURT, 2003, p. 190).

A autora salienta que, para criar um ideário de sentimento nacional, era preciso desenvolver a ideia de um Brasil como pátria de todos. Isto foi a base para se pensar em um

ensino da História do Brasil com o culto a heróis e salientar datas comemorativas, pois demonstraria sempre a grandeza do país, de uma história homogênea, sem desigualdades, crises ou problemas.

Diante dessa discussão, foi possível pensar um ensino de História que coloque a criança como parte do processo de ensino aprendizagem, não sendo somente um receptor de informações e conteúdos. Assim como argumenta Santos (2016, p. 3 - 4):

Os alunos, enquanto sujeitos sociais e históricos, com um determinado pertencimento de classe e com inserção em uma determinada cultura, eles mesmos formulam hipóteses e interrogações direcionadas ao contexto com o qual interagem.

Com base nisso, afirma-se que conhecimento inicial das crianças (o conhecimento intuitivo), deve ser o ponto de partida para a construção do conhecimento cientificamente elaborado.

Durante a entrevista e acompanhamento da professora, foi possível observar que o ensino de história está presente no seu cotidiano escolar, embora evidenciado que as marcas da tradição de ensinar história por datas comemorativas e pensar história distante da realidade da criança ainda se faz presente em alguns momentos de sua prática.

A professora finaliza a entrevista dizendo que considera o contato pessoal com os alunos de suma importância para a formação da criança e o acompanhamento dela quanto ao desenvolvimento, e que o ensino remoto deixa algumas falhas; principalmente no que diz respeito ao real aprendizado do aluno, pois “a família não executa o papel de investigador na aquisição de conhecimento como o professor faz no contato direto”. Enfatiza ainda que o contato direto com a criança é mínimo ou nulo, pois eles são representados pelos responsáveis nos grupos de interação do *WhatsApp*, mas que seu amor ao resultado do trabalho, mesmo que poucos, é o que a motiva a continuar na docência, pois considera gratificante ver o desenvolvimento da criança que está em o processo de alfabetização. E assim, como todos nós, espera que a pandemia acabe o mais breve possível para que possamos voltar para as unidades educativas e escolares junto com as crianças de forma presencial.

Considerações finais

Consideramos que o uso de tecnologias digitais para as atividades remotas não surgiu com o intuito de prejudicar, mas sim para contribuir no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no cenário mundial atual, sendo uma das únicas formas de alcançar os estudantes. Entretanto, cabe destacar que não devemos permitir que o ensino permaneça na forma conteudista, pois a educação não é desvinculada da vida externa às instituições de

ensino, e, por esse motivo, não pode-se tratar as disciplinas escolares como se fossem a parte mais importante e relevante do processo de aprendizagem.

A partir do relato e acompanhamento da rotina da professora, foi possível observar que existem entraves na rotina familiar e nos contextos sociais dos estudantes, o que dificulta a prática docente e desenvolvimento das atividades por parte das crianças. Após o período de pandemia, será necessário repensar formatos, planejamentos e projetos integradores para desenvolver atividades significativas com as crianças.

Quanto ao ensino de história, pudemos observar que embora alguns traços do ensino voltado a datas comemorativas, e distante da realidade dos estudantes, a história escolar está presente em suas aulas.

Acredita-se que é possível vislumbrar um ensino de História centrado na realidade do estudante, e pensar nele como construtor do conhecimento, juntamente com a organização intencional do professor. Além disso, a mediação da cultura como uma atividade de estudo pode ser realizada a partir da articulação do triplo protagonismo do ensino e da aprendizagem: criança/estudante, professor(a) e a cultura - elementos chaves para a aprendizagem e desenvolvimento do ser humano em todas as áreas do conhecimento.

Referências

BITTENCOURT, C. M. F.. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e propostas. 1ed.São Paulo: Contexto, 2003, v., p. 185-204.

FOCHI, P. **Como zelar pela educação infantil em tempos de isolamento social?** Disponível em: <<https://lunetas.com.br/como-zelar-pela-educacao-infantil-em-tempos-de-isolamento-social/>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso, governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Holien. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e propostas. 1ed.São Paulo: Contexto, 2003, v., p. 37-48.

MENEGOLLA, M. **Por que planejar? Como planejar?**. Petrópolis: Vozes, 2002.p.15 a 37.

MUITO além dos conteúdos: como as escolas educam para a vida?. **Lunetas**, 04 de dez. de 2018. Disponível em <<https://lunetas.com.br/educacao-para-a-vida/>>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

SANTOS, Railton Souza. **A história dos conceitos e a construção do saber histórico na sala de aula**. In: V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História ANPUH/SE. Aracaju. 2016.